

Quem somos nós nesse tempo de agora? Vivemos numa nova política: Ecolítica?

Marcos Antonio Carneiro da Silva¹ 

Who are we in this time now? Do we live in a new politics: Ecolitics?

¿Quiénes somos en este momento ahora? ¿Vivimos en una nueva política: la ecolítica?

Resumo

Este artigo objetiva, por meio de uma análise teórica, responder a duas questões: quem somos nós nesse tempo de agora? E em quais condições ecolíticas estamos convivendo? Utilizando-se do referencial teórico selecionado, não foi possível encontrar uma única e definitiva resposta, ao contrário, as questões nos remeteram a outras possibilidades de reflexão. No entanto, concluímos que essa nova ecolítica requer providências urgentes e necessárias. A governamentalidade planetária atual (Passetti, 2019) convive com um teatro político que encena em palcos finamente globalizados (ONU; COP etc.). Por fim, retomando a premissa de Michel Serres (1991, 2013), somada a perspectiva de Luis Arenas (2021), tentaremos prospectar uma possibilidade analítica no campo educacional que nos permita interagir-resistir em um cenário ecolítico e/ou ecobiopolítico de muitas incertezas.

Palavras-chave: *Ecolítica/ecobiopolítica; Governamentalidade planetária; Capitalismo cansado; Demos cosmopolita.*

¹ Pós-doutorado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (Portugal). Pós-doutorado na Universidade de Valencia (Espanha). Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: macs2006@gmail.com.

Abstract

This study aims, through a theoretical analysis, to answer two questions: who are we at this time of now? And in what ecopolitical conditions are we living together? Through the selected theoretical framework, it was not possible to find a single and definitive answer. These questions led us to other possibilities for reflection on this new ecopolitics that requires urgent and necessary measures. Current planetary governmentality (Passetti, 2019) coexists with a political theater that it stages, on finely globalized stages (UN; COP etc.). Finally, returning to the premise of Michel Serres (1991, 2013), added to the perspective of Luis Arenas (2021), we try to prospect an analytical possibility in the educational field that allows us to interact and resist in a very uncertain ecopolitical scenario.

Keywords: *Ecopolitics/ecobiopolitics; Planetary governmentality; Tired capitalism; Cosmopolitan demos.*

Resumen

Este estudio pretende, a través de un análisis teórico, responder a dos preguntas preliminares: ¿quiénes somos ahora? ¿Y bajo qué condiciones ecopolíticas vivimos? A través del marco teórico seleccionado, no fue posible encontrar una respuesta única y definitiva, al contrario, las preguntas nos llevaron a otras posibilidades de reflexión sobre esta nueva ecopolítica que requiere medidas urgentes y necesarias. La actual gubernamentalidad planetaria (Passetti, 2019) convive con un teatro político que escenifica, en escenarios finamente globalizados (ONU; COP etc.). Finalmente, retomando la premisa de Michel Serres (1991, 2013), sumada a la perspectiva de Luis Arenas (2021), intentamos prospectar una posibilidad analítica en el campo educativo que nos permita interactuar y resistir en un escenario ecopolítico muy incierto.

Palabras-clave: *Ecopolítica/ecobiopolítica; Gubernamentalidad planetaria; Capitalismo cansado; Demostraciones cosmopolitas.*

Introdução

Antes de tentar responder à pergunta de partida “quem somos nós nesse tempo de agora”, preliminarmente, aceitaremos duas provocações do filósofo francês Michel Serres (2013). A primeira nos alerta que antes de tentar educar alguém, devemos conhecer esse alguém. A segunda afirma que qualquer possibilidade de modificação na educação, ou em qualquer outra área, só poderia contar com as futuras gerações, uma vez que a atual já se encontra refratária e resistente às mudanças. Tentaremos, também, obter suporte nas perspectivas do filósofo espanhol Luis Arenas (2021) que buscou compreender as tensões ecológicas na desordem global que, em tempos de pandemia se apresentaram num cenário bastante complexo, eivado de questões econômicas e sociais.

Ao que parece, vivemos tempos caóticos em que as situações biopolíticas se entrecruzam com questões ecológicas e nos desafiam, constantemente, a refletir sobre quem somos nós nesse tempo de agora, nos remetendo às implicações de Michel Foucault (1994, revigorando o texto de Immanuel Kant sobre o Iluminismo - *Aufklärung*, 1783). Entretanto, tais provocações foram, como anunciadas anteriormente, imbricadas numa esfera educacional com o intuito de diagnosticar o tempo presente, por meio da questão agora ampliada: quem somos nós e como poderíamos, compreendendo quem somos, educar melhor nossa juventude?

Neste cenário, um tanto pretensioso, é que desenvolveremos algumas questões de nossa pesquisa. Qualquer tentativa de diagnose do tempo de agora é bastante arriscada, mas diante desses cenários, igualmente desafiadores, tentaremos apontar e nos aproximar de algumas perspectivas de análise. Para tanto, além dos suportes já anunciados (Serres, Arenas e Foucault) vamos procurar também contar com as análises do sociólogo Edson Passetti (2019)

que nos adverte que a situação ecológica se encontra numa nova governamentalidade biopolítica.²

Na tentativa de responder inicialmente à questão proposta, nos deparamos não com uma única resposta, mas uma plethora de situações. Nossa seleção preliminar ampara-se na situação que consideramos a mais urgente: talvez sejamos sobreviventes precários de um cenário climático em crise e dependentes de uma ecológica cada vez mais preocupante. Ou seja, para continuarmos vivendo/sobrevivendo, pode ser que tenhamos que forjar outra perspectiva de existência, pois nosso planeta já nos dá, há muito tempo, sinais de exaustão. Modificar esse quadro crítico exige assumir compromissos negligenciados constantemente por uma ecológica que só nos leva para mais próximo do abismo. Este artigo propõe quatro eixos analíticos: 1. o exemplo desastroso de uma ecológica brasileira e suas consequências nefastas; 2. o teatro ecológico mundial e suas falaciosas propostas dentro de uma nova governamentalidade; 3. as condições de possibilidade do enfrentamento do cenário climático/ambiental a partir de uma outra relação de consumo, juntamente com o surgimento de um demos cosmopolita em meio ao sistema capitalista cansado; e, por fim, 4. uma perspectiva educacional considerando o cenário ecológico apresentado.

Uma denúncia: o desmonte ambiental no Brasil (2016-2022)

A situação ecológica no Brasil é, no mínimo, preocupante. A partir de 2016, convivemos com índices elevados de desmatamento, afrouxamento da fiscalização e propostas de legislações cada vez mais perversas para a questão ambiental. Além do negacionismo governamental, no caso brasileiro, temos um

2 No artigo “Sujeito e Poder” (1991), Michel Foucault nos oferece uma forma de compreensão do conceito de governamentalidade, como sendo o governo dos homens uns pelos outros, por meio da condução das condutas, do ordenamento das probabilidades dessas ações. Já a biopolítica é o governo da vida da população, por meio das diversas formas de controle das taxas de natalidade, mortalidade, da saúde etc. Ou seja, não seria mais o indivíduo que deveria ser disciplinado, mas as populações e os subgrupos sociais.

exemplo bastante explícito dos interesses escusos que permeiam “passar a boiada”³ (“abrir as porteiras”) para toda e exploração desenfreada dos recursos naturais do território nacional. Vivemos em tempos de uma verdadeira “farra” da exploração dos recursos ambientais: invasão das terras indígenas (garimpo ilegal, devastação das florestas para pasto; corte ilegal de madeira em áreas de proteção); liberação de uso de agrotóxicos sem a menor precaução e desmonte da fiscalização e mudança na direção dos principais órgãos de controle ambiental etc. Os incêndios recentes no verão europeu (o mais frio que teremos na previsão dos especialistas), já indicam o grave problema da crise climática mundial. O desmatamento brasileiro cresceu 65% nos últimos três anos, uma queda recente de 11% anual não significa muito, pois ainda é o pior dos últimos 14 anos e, em dezembro de 2022, bateu novo recorde. Os Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso são os campeões desses desmatamentos.

As condições desumanas impostas aos Povos Originários podem servir como uma, entre outras tantas exemplificações dessa devastação. No sudeste do Estado do Pará, especificamente no território do Povo Indígena Munduruku e Sai Cinza, a grave ação ilegal dos garimpos atinge mais de 600 km de corpos de rios destruídos e isso praticamente equivale a tragédia ambiental da cidade de Mariana (663km).⁴ Em 2016, havia apenas 26,6 km de rios impactados nessas mesmas terras. Nos últimos cinco anos houve um aumento de 2.278% na extensão dos rios destruídos apenas nessa região. O monitoramento feito pelo *Greenpeace* encontrou também 16 pistas de voo abertas dentro do Território Indígena e, pelo menos, 12 delas estão ligadas à atividade garimpeira.⁵ Além do prejuízo ambiental e de impedir o uso dessas águas para necessi-

3 Em 22 de maio de 2020, em uma reunião ministerial do presidente Jair Bolsonaro, o então ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, afirmou que era o momento de “passar a boiada” (afrouxamento das regras ambientais), uma vez que as atenções estavam todas direcionadas para a pandemia da Covid-19.

4 Mariana é uma cidade do Estado de Minas Gerais que teve o rompimento da barragem, em 2015, com detritos da mineração, considerado um dos maiores desastres ambientais do Brasil.

5 Este estudo foi complementado por um sobrevoo realizado em outubro de 2021, que identificou garimpos ativos e diversos equipamentos utilizados nesta prática ilegal, como motores, escavadeiras, acampamentos, caixas-calha, bicos de jato, além de veículos como picapes. O sobrevoo não percorreu toda a extensão das terras indígenas.

dades vitais dos Povos Originários (como a caça e a pesca), a contaminação desses rios causa um enorme prejuízo cultural aos Munduruku, prejudicando seus laços culturais com o ambiente e negando seu direito de ser e existir. O garimpo também suprime as Áreas de Preservação Permanente (APPs), desmata florestas contíguas e provoca a abertura de estradas e ramais, gerando ainda mais desmatamento.

Outro dado importante verificado neste levantamento é o quanto o discurso governamental do ex-presidente Jair Bolsonaro⁶ (e o desmonte da legislação socioambiental) impactaram a expansão da atividade garimpeira. Entre 2018, com Jair Bolsonaro sendo apenas candidato, e 2019, com Bolsonaro como presidente, a quantidade de quilômetros de rios destruídos no território Munduruku explodiu, passando de 88,5 km para 178 km, ou seja, um aumento de mais de 101%. Em 2020, ano em que Jair Bolsonaro enviou para o Congresso o Projeto de Lei (191/2020) que propôs a abertura de Terras Indígenas para exploração mineral e energética, é possível observar uma nova explosão de atividades destrutivas na área. Os estudos divulgados pela rede MapBiomias,⁷ que concentra esforços de diversas organizações não governamentais (ONGs) para monitorar os biomas brasileiros, revelaram que 91,6% da área ocupada pelo garimpo no Brasil, entre 2010 e 2021, se encontram dentro da Amazônia Legal. Áreas de proteção ambiental e terras indígenas foram as principais atingidas, com crescimento de 352% e 632%, respectivamente. Ao todo, a devastação provocada pelo garimpo na Amazônia passou de 99 mil hectares em 2010 para 196 mil hectares em 2021.

Somados a esse quadro alarmante, em novembro de 2022, a Amazônia teve o pior índice de desmatamento. Não por acaso, nos últimos quatro anos, houve um aumento na emissão de gases de efeito estufa, tendo em 2021, o pior índice desde o início histórico dessa medição. Fechando esse ciclo trágico tivemos o menor orçamento da Educação Básica dos últimos 10 anos, um terço da

6 Jair Messias Bolsonaro iniciou seu mandato presidencial, no Brasil, em 2019 e encerrou em 2022.
7 Ver: Mapbiomas Brasil, 2023.

população brasileira (33 milhões) em estado de pobreza e quase 18 milhões, em extrema pobreza. O índice Gini⁸ (indicador da desigualdade social) atingiu o maior valor em décadas e menos de 1% da população ganha mais de 20 salários-mínimos no Brasil. A miséria nesses últimos quatro anos não foi somente na área ambiental, esteve atrelada a um projeto de destruição do próprio país, além de acentuar-se nos anos em que Jair Bolsonaro esteve à frente da presidência da república.

Uma breve diagnose das conferências sobre a crise climática mundial e a nova governamentalidade planetária

A Organização Meteorológica Mundial (OMM) elaborou um relatório (maio de 2022) que aponta o impacto da ação humana no planeta. A OMM opera com sete indicadores, quatro deles bateram recorde em 2021: oceanos mais ácidos, quentes e poluídos, aumento do nível do mar (Relatório de Genebra); gases de efeito estufa subindo (CO₂, metano etc.) e, como consequência, temperaturas 1.1 grau mais altas no planeta. Ao que parece, os encontros e acordos mundiais não têm conseguido êxito em emplacar ações efetivas para o nosso planeta, até mesmo porque, nesses acordos, nunca foi estabelecida nenhuma sanção às metas não cumpridas.

A primeira dessas grandes conferências ambientais ocorreu em Estocolmo, na Suécia, em 1972, e foi denominada Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Desde então, o dia 5 de junho passou a ser denominado como Dia Mundial do Meio Ambiente. Nesse evento houve a elaboração da Declaração de Estocolmo que, entre outras ações, estabeleceu 26 princípios sobre desenvolvimento e meio ambiente, dando início a uma série de conferências ambientais, em que os países reconheceram suas responsabilidades com a sustentabilidade planetária. A ideia de um meio am-

⁸ Criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um indicador para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo ou país, apontando as diferenças entre os rendimentos dos mais ricos e dos mais pobres, variando de zero a cem.

biente degradado que precisa ser regenerado, assim como uma solução mundial para o bem comum, diante de uma sociedade capitalista em plena produção, foram os temas principais dessa conferência. Pode-se perceber, desde o início, uma preocupação em proteger a produção e o consumo capitalista em detrimento da questão ambiental.

Sete anos mais tarde, em 1979, foi organizada a Primeira Conferência Mundial do Clima (WCC-1), realizada em Genebra (Suíça), sendo convocada pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), com o lema: “Uma conferência mundial de especialistas em clima e humanidade”. O encontro organizou grupos para analisar informações sobre o clima e as principais pesquisas sobre mudanças climáticas e previu a formação do *Programa Mundial do Clima e do Programa Mundial de Pesquisa do Clima*, além de ter colaborado para tornar possível, anos mais tarde, o estabelecimento do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), em 1988. Em 1992, foi realizada, no Brasil, a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (UNCED) recebendo as delegações de 175 países, sendo a maior reunião de líderes mundiais da época. Essa conferência também ficou conhecida como: *Cúpula da Terra ou Cúpula do Rio* (ECO 92). O evento solicitou aos governos mundiais que reconsiderassem o impacto ambiental das decisões políticas e dos seus projetos econômicos. Esse encontro deu impulso ao Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), atualmente um dos maiores financiadores de projetos ambientais no mundo. Além disso, foram assinados documentos tais como: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Agenda 21 e Princípios Florestais. O fato marcante dessa conferência foi a instituição de uma ECO paralela como um tipo de enfrentamento e resistência à conferência oficial e como uma forma de denunciar as falácias e manipulações e as poucas ações concretas desses encontros mundiais. Na tentativa de oferecer uma ação mais impactante (visivelmente mais chamativa) foi criada, também em 1992, a conferência de países ou membros participantes (*Conference of the Parties - COP*). A COP é considerada órgão supremo da Convenção das Nações

Unidas sobre Mudanças Climáticas. É uma associação de todos os países membros signatários da Convenção (denominados “Partes”) que, após sua ratificação em 1994, passaram a se reunir anualmente para avaliar a situação das mudanças climáticas no planeta e propor mecanismos a fim de garantir a efetividade dessa conferência, como uma resposta às ações ineficazes anteriores.

As sequências de todas as conferências mundiais (COPs) não merecem muita atenção, uma vez que formam séries de regressões e retrocessos aos projetos e acordos firmados e descumpridos.

Vamos destacar as conferências que consideramos mais significativas, não pelas ações concretas, pois como afirmamos, foram poucas, mas pelos projetos mais relevantes apresentados. A COP-3, realizada em dezembro em 1997, em Kyoto, no Japão, destacou-se como uma conferência sobre mudanças climáticas que tentou, mais uma vez, revolucionar as relações políticas, passando a impressão de oferecer maior protagonismo dos países em desenvolvimento (periféricos), culminando em um protocolo que especifica as metas nacionais de emissão para os membros da conferência. Ao mesmo tempo, mas não por acaso, o Protocolo de Kyoto foi estabelecido para proteger as economias em desenvolvimento dos custos da redução de emissões, ou seja, recuperar as ideias da COP anterior (Genebra, 1996). O principal objetivo do protocolo era tornar estável a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera global, com a criação dos famosos créditos de carbono. A COP-21 ocorreu em 2015, na cidade de Paris, e tratou principalmente da construção do documento denominado *Acordo de Paris*. Esse documento procurou inovar e oferecer ao mundo uma espécie de diplomacia climática. Pela primeira vez em duas décadas, foi proposto um acordo universal sobre o clima que era juridicamente vinculativo. O *Acordo de Paris* visava limitar os aumentos de temperatura no século 21 para menos de 2°C e, se possível, até menos de 1,5°C. Além disso, pretendia capacitar os países a mitigar o impacto das mudanças climáticas, com tecnologias mais atualizadas, uma estrutura de resposta mais aprimor-

rada e mais transparente. Tentou também investir numa maior consciência pública sobre questões ambientais e propor maior apoio financeiro para as nações em desenvolvimento. Essas tentativas, mais uma vez, não alcançaram os resultados pretendidos.

Em 2021, em Glasgow, a COP26 ocorrida na Escócia, retomou novamente a pauta – já degastada – das cobranças e promessas do que foi acordado e não cumprido. Foi retomada a questão do pagamento de créditos de carbono aos países mais pobres e que são mais afetados pelas mudanças climáticas e a diminuição de emissão de gases poluentes em 55% até 2030. A COP27, que ocorreu no Egito em 2022, seguiu na mesma linha e apenas reapresentou as mesmas propostas, enquanto o mundo vai se esvaindo. A insistência dos apelos e propostas requeentadas e os discursos calorosos só nos lembra que enquanto os debates climáticos são inúmeras vezes revisitados... e o planeta continua aquecendo. A maior esperança da COP27 foi a retomada da proposta apresentada no ano de 2009 em Doha, sobre a criação de um auxílio dos países mais ricos aos países em desenvolvimento, pois seria uma forma de mitigar os efeitos da crise climática. O grande espanto negativo presente nesta proposta reside no fato de que a China, uma das maiores potências econômicas atuais, foi incluída como um país em desenvolvimento e, por conta disso, deveria ter o direito a receber tal auxílio, portanto, um dos países que mais polui o planeta ainda seria agraciado com benefícios. Ou seja, o maior poluidor do planeta ainda seria premiado.

Os encontros anuais (*Conference of the Parties - COP*) fazem parte de um cenário composto de promessas vazias e apelos sem maiores impactos (apenas 30 países cumpriram as metas propostas, em Doha, 2009). Enquanto isso, os recursos naturais não renováveis vão se extinguindo, mas os poluentes e os poluidores continuam renovando suas promessas, juntamente com seus índices devastadores. Só para lembrarmos que os maiores emissores de gases poluentes são e continuam sendo: China 26%, seguida dos EUA 13% e acom-

panhados pela União Europeia 8%, Índia 7% e Rússia 5%. Não por acaso, esses emissores são os maiores descumpridores dos acordos e tratados, além de continuarem firmes e fortes na sua escalada contra a saúde do planeta.

O sociólogo Edson Passetti (2019) e outros pesquisadores⁹ podem nos auxiliar na compreensão desse cenário, por meio de um extenso trabalho sobre ecopolítica. O sociólogo não tratou de considerar a temática da ecopolítica como disciplina de conhecimento específica, nem como a utopia. Passetti e seu grupo propuseram uma contribuição aos resistentes, por meio das cartografias que inventam liberdades, portanto, uma ação direta “diante da insistente naturalização das desigualdades, hoje em dia pacificadas e unificadas em torno do pluralismo democrático” (Passetti *et al.*, 2019, p. 12). O surgimento dessa ecopolítica pode-se configurar da seguinte forma:

A emergência da ecopolítica está sintonizada com o fim da II Guerra Mundial e com as institucionalizações internacionais subsequentes. O alvo principal dos governos é o planeta, visando recuperar sua vida degradada e a conservá-lo de modo sustentável, em benefício das futuras gerações. A ecopolítica pressiona os regimes políticos para a democracia em sintonia com a racionalidade neoliberal. A ecopolítica pretende dar conta não só do governo da espécie humana, mas dos viventes na Terra e projetados para o espaço sideral. Novas resistências são produzidas [...] (Passetti *et al.*, 2019, p. 6).

Desse modo, houve um acontecimento, o surgimento de uma nova forma de conduzir condutas, de ordenar possibilidades de ações. Passetti (2019) afirma que uma nova governamentalidade entrou em curso. Os países centrais redimensionavam-se em União de Estados, novos mercados foram criados no pós-II Guerra Mundial, logo após se ampliavam e, enquanto isso, a democracia liberal abarcava a tudo e a todos. As práticas democráticas e de participação,

9 O livro *Ecopolíticas* foi publicado, em primeira edição em 2019, e contou com a participação dos seguintes pesquisadores: Edson Passetti, Acácio Augusto, Beatriz Carneiro, Salette Oliveira e Thiago Rodrigues.

as relações econômicas, sociais, culturais, familiares e pessoais também foram envolvidas nesse processo. A disseminação da internet, das redes e mídias sociais, juntamente com a programação eletrônica por interfaces diplomáticas, redimensionou e se inovou. Segundo Passetti *et al.* (2019, p. 8):

Novas institucionalizações começaram a ocorrer, tendo nas Nações Unidas um ponto de inflexão e difusão que produziu, em 2000, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), atingindo resultados cada vez mais satisfatórios aos seus propósitos, voltados a encontrar melhores condições de vida para os chamados países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. O grande encontro conhecido como Rio 92 ultrapassava os limites das intenções e da retórica. Estas constatações nos levaram anos antes a iniciar alguns breves estudos sobre o que seria a passagem ou a transformação da biopolítica para a ecopolítica.

Para o autor, todos e todas são convocados(as) para a sustentabilidade e para uma nova garantia de futuro do planeta. Houve uma modificação/ruptura da biopolítica foucaultiana, uma vez que “o governo da população agora não era mais algo preferencial às políticas de Estado e muito menos ao governo do planeta” (Passetti *et al.*, 2019, p. 9). As proveniências de uma nova governamentalidade compartilhada, sustentável e produtora de uma governança global entravam em curso:

Todos estão convocados a participar de melhorias no planeta para o futuro das novas gerações. De certa maneira, essa governamentalidade depende dos princípios de economia política revisados pelos neoliberais e que equacionaram a mutação da força de trabalho em capital humano (Passetti *et al.*, 2019, p. 9).

Era necessário, então, controlar e monitorar a tudo e a todos e, dessa forma, transmitir a ideia de que seria necessária a segurança de cada um para um futuro melhor. Então, a sociedade disciplinar e até mesmo a antiga biopolítica já não bastariam nesse projeto. Assim, continua Passetti *et al.* (2019, p. 10):

E discutir a política contemporânea exige revirar os dispositivos de segurança e, por conseguinte, a liberdade liberal fundada em sua própria segurança, as situações de guerra e a de polícia interna. A entrada decisiva dos componentes computo-informacionais não só acionou um regime de comunicação contínua, como tornou mais evidente que as mudanças que ocorriam levavam a institucionalizações inacabadas, que se repartiam em outros fluxos, absorviam contracondutas, minimizavam resistências. Para essa sociedade de controle, como sucintamente descrevera o filósofo Gilles Deleuze, diferentemente da disciplinar, a vigilância não era mais suficiente.

De acordo com Passetti e os demais pesquisadores, o projeto de sustentabilidade que se disseminava pelo planeta e que foi mapeado por eles, durante a primeira década dos anos 2000 exigia mais detalhamentos. O grupo procurou investigar como as forças em luta e a produção de documentos (arquivos da ONU, por exemplo) estavam se situando nesse período. “E assim caminhamos por esse arquivo imenso e inacabado no qual sobressaíam as Metas do Milênio para o período 2000-2015, e perscrutávamos o que viria após sua finalização inacabada.” (Passetti *et al.*, 2019, p. 11). A resposta, ao que parece, ocorreu em 2014, com a definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que, pela primeira vez, a ONU deixou de identificar em seus investimentos a distinção entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos/em desenvolvimento, como já foi citado acima, quando fizemos uma retrospectiva das conferências mundiais (COP). Passetti, ainda esclarece que:

A sustentabilidade passou a ser uma meta para todos os Estados, povos, etnias, minorias numéricas e indivíduos. Não foi de estranhar o novo acontecimento planetário 2011, já durante o primeiro ano da pesquisa, e muito menos os brasileiros, em junho de 2013. Na Grécia, em 2008, as práticas libertárias os anunciavam (Passetti *et al.*, 2019, p. 11).

Diante da degradação constante do planeta, ocorre também uma progressiva modificação nas ampliações das responsabilidades da ONU e as consequentes agências conectadas com organizações empresariais e da sociedade civil. A própria aceitação pela União Soviética da Declaração Universal dos Direitos Humanos desde a sessão histórica da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, em Helsinque, 1975, concedeu um espaço importante para novas ações globalizantes democráticas e capitalistas. A partir desse momento, Passetti afirma que:

A democracia se acopla às disciplinas e produz novas normalizações, reescrevendo a produção de poder da hierarquia como um todo, e empodera cada um; metamorfoseia a doença mental em programas de saúde mental e gestão dos transtornos, e dissolve a noção de anormal em normalizações do normal, entendendo haver potência produtiva e inovadora em qualquer um, desde que adequável e disponível a configurar-se como capital humano. As relações entre o capital e o capital humano exigem que este seja inovador, parceiro e cúmplice para a boa vida da empresa. O trabalhador passa a se constituir em empreendedor de si e, também, em possível empreendedor social em seus ambientes (Passetti *et al.*, 2019, p. 546).

A resiliência surge como um dispositivo conectando democracia com a produção material e imaterial para a cultura de paz. Espera-se uma conduta resiliente voltada para as melhorias no futuro do planeta e das novas gerações. As institucionalizações produzem, dessa forma, uma omissão para a obtenção de consenso esperado. Modifica-se a noção de sociedade pastoral foucaultiana, pois a população está mais preocupada com um desenvolvimento sustentável alternativo do que envolvida num novo jogo de linguagens imbricados em novos conceitos discursivos e na superação da condição atual capitalista, como ficou exemplificado nas decisões de vários encontros mundiais. Ainda, para o sociólogo:

A ecológica volta-se, para mapear essas mobilidades e situar a distinção entre as transgressões que repõem a ordem (no ambiente da empresa, do empreendimento social, das relações internacionais, das resiliências), mas também para o que restaura a ordem (nas cidades, nos bairros, nas comunidades ou favelas), com os efeitos relativos, a ênfase no protagonismo social, nos controles de vulnerabilidades e as possibilidades efetivas impulsionadas pelos Objetivos do Milênio e nas projeções dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para esta e a próxima década (Passetti *et al.*, 2019, p. 548).

A biopolítica que dependia das múltiplas relações de poder (microfísicas), modifica-se por inovações originárias de novas relações de segurança, sugeridas pelos vários dispositivos (diplomático, policial, entre outros), da mesma forma que, segundo Passetti: “também as guerras convencionais foram sendo substituídas por estados de violência e guerras-fluxo. A política em um ambiente planetário governado conecta as relações entre meio ambiente, segurança, monitoramentos e resiliência para uma governança global” (Passetti *et al.*, 2019, p. 548). Para o sociólogo, na sociedade de controle em que a norma normaliza tudo e todas, o governo é conduzido pelo princípio democrático de penalizar mais e melhor. “A cultura do castigo se atualiza e prolifera revestida das recomendações à tolerância, cujo ápice é a tolerância zero como tentativa de suprimir o intolerável, o insuportável, o ingovernável” (Passetti *et al.*, 2019, p. 550). A modificação da biopolítica em ecológica caracteriza-se pela ordem imposta pelas políticas ecológicas e pelos discursos produzidos sobre degradação, de modo que o planeta passa a ser alvo de uma economia política e de seu aparato de tecnologias de segurança. Passetti ressalta que:

Não se trata, portanto, de um por vir nem de uma redução da ecológica às políticas governamentais, ainda que estas produções de saberes disputem o precioso lugar da verdade, ou mesmo componham a mesma produção da verdade enunciada pela sustentabilidade e pelo desenvolvimento sustentável em curso. Em função

da atualização do capitalismo, investe-se em governar populações que habitam áreas com serviços ecossistêmicos ainda abundantes e os escassos. Ao mesmo tempo, elabora-se um discurso que incorpora outros conhecimentos e fortalece princípios democráticos (Passetti *et al.*, 2019, p. 553).

Essas relações de poder entre os saberes e a política não se restringem aos efeitos nefastos da degradação do planeta. Se tais relações estivessem nesse prisma, a ecolítica não passaria de uma nova ramificação das políticas públicas. É mister ressaltar que a ecolítica não se confunde com uma política ecológica ou ambiental, preocupada em realizar reparos-ajustes ao meio ambiente. Nem é a nova ordem que se anuncia a partir do combate ao capitalismo e o novo desenvolvimento das forças produtivas, produzindo emancipação, não se trata disso, como nos esclarece Passetti (2019, p. 554):

A governança é sim uma prática nova que se fortalece a partir do momento em que, pelas variadas proveniências, emerge um novo problema, o planeta, por meio das permanentes reflexões sobre a continuidade da espécie e da natureza devastada, situadas e concentradas em discussões, medidas e recomendações a respeito do aquecimento global.

O sociólogo nos demonstra e alerta para o fato de que os programas para o desenvolvimento sustentável, sempre complementares, ainda que apresentados como opostos, como ficou exemplificado nas descrições sobre as conferências mundiais, incluem o desenvolvimento sustentável como um objetivo preferencial no momento atual e que é capaz de conectar e/ou cooptar organizações não governamentais, capitalistas, governantes e sociedade civil.

Enfim, os atores que produzem o teatro da governança e que, como tal, alimenta e retroalimenta a perseverança da luta emancipatória. Trata-se de um teatro de empoederados que tende a orquestrar protagonismos situando

o antagonista num campo metafísico; mas é justamente essa condição que dinamiza o teatro burguês moderno (Passetti *et al.*, 2019, p. 555).

Edson Passetti (2019) ressalta, ainda, que é necessário compreender essa nova governamentalidade (desterritorializante) que compartilha tudo e ultrapassa os Estados, os fluxos de populações (migrantes, emigrantes e de refugiados). Esse governo de uns sobre todos os outros eleva expectativas de saúde e educação na formação do novo parceiro do capital, agora em franca cooperação material e imaterial, ou seja, a força de trabalho redimensionada como capital humano.

Esse novo desenvolvimento, capaz de compor no interior de sua racionalidade neoliberal as antigas forças à direita e à esquerda do Estado, chamar-se-á desenvolvimento sustentável. A essa governamentalidade que o sustenta chamamos de governamentalidade planetária (Passetti *et al.*, 2019, p. 570).

Podemos concluir, juntamente com as análises do sociólogo e de seu grupo de pesquisadores, que há em curso uma promessa profética de um mundo melhor, mas que esse mundo precisa ser conquistado. Entretanto, tal promessa é sempre para um futuro próximo que nunca chegará, mas que nos exige, constantemente, a renovação da tolerância que exclui radicalismos políticos e fundamentalismos de qualquer espécie, além da confiança nas instituições. Somente dessa forma conseguiremos obter a segurança de um futuro sustentável em que cada um é portador de direitos e conectados à segurança do capital e do Estado.

O capitalismo precisa encontrar sua nova faceta de desenvolvimento que conjugue gestão dos recursos naturais, expansão de obtenção de recursos para além da Terra, gestão da situação de pobreza, ampliação de direitos, condições para a sedimentação da cultura de paz, para, com isso, produzir condições para o ecumenismo,

extirpar os terrorismos ou iminentes guerras civis, re-dimensionar o perigoso e potencial útil, investir em inteligências diplomáticas, não mais restritas às relações internacionais, assim como fazer da democracia mais do que um regime político (Passetti *et al.*, 2019, p. 570).

Essas condições de possibilidade desse capitalismo, igualmente como os nossos recursos naturais, esgotados (cansados), nos propõem uma resiliência infinita, parcerias e complacências que chegam a atingir um espaço planetário, na busca do controle das nossas condutas, agora sob a égide da ecopolítica, ou melhor, de uma ecobiopolítica. Nossa resistência deve partir do antagonismo dessas estratégias, revelando seus processos constituintes e seus dispositivos de controle. Para tanto, desvendar os mecanismos político-econômicos e os da teatralização política em que, constantemente, estamos envolvidos. Nessa nova governamentalidade planetária (com os monitoramentos analógicos-digitais e dispositivos de controle), como nos adverte Edson Passetti (2019), além de governados, somos convocados a nos tornar parceiros: “É assim que devemos ser conservacionistas, inovadores, democratas, amorosos defensores da humanidade do planeta” (Passetti *et al.*, 2019, p. 576).

Para a superação do capitalismo cansado, um demos cosmopolita

Luis Arenas, na sua obra *Capitalismo Cansado* (2021), nos apresenta algumas tensões ecopolíticas imbricadas numa desordem mundial. Apesar de ser escrito antes da pandemia de COVID-19, o autor adicionou um prefácio que, de certo modo, atualiza a proposta da obra, ressaltando a questão sanitária urgente, envolvendo temáticas como a biopolítica, o amor e a morte nos tempos do Coronavírus, pois, segundo o autor, todos estamos diante da mesma ameaça.

Arenas (2021) apresenta uma série de questões que também nos interessam, sendo elas: essa crise econômica sacudirá o planeta? Será o tiro de misericór-

dia num sistema econômico doente? O vírus dará o último golpe no Capitalismo Cansado? Numa preliminar tentativa de resposta indaga: matar ou compartilhar (Encruzilhada Política)? O filósofo espanhol nos previne quando diz que seria bom abraçarmos o ensino da modéstia e pensar como devemos encarar o futuro das nossas lutas políticas, pois o mundo não será mais o mesmo após a COVID-19.

Porque a crise sanitária vai passar e, até a provável descoberta de uma vacina, pode nos fazer pensar que tudo voltará a normalidade com o tempo: cumprimentos, abraços e sexo sem passaporte sanitário... A crise econômica e social vai demorar mais para passar e, se passar, como aconteceu com a anêmica ‘recuperação’ vivida no período 2014-2018, terá sido apenas uma forma de ganhar tempo. Ou melhor: de perdê-lo. Pois, para a crise ecológica que enfrentaremos com certeza não haverá vacina possível. O único remédio será cobrar consciência da necessidade de uma transformação radical de nossas formas de vida, de nossos imaginários libidinais, de nossas expectativas e aspirações vitais mais íntimas (Arenas, 2021, p. 9, tradução nossa).

O filósofo aponta mais alguns tópicos que desenvolverá ao longo de sua obra, como a análise do capitalismo que havia impulsionado a prosperidade durante mais de meio século (respeitando os sinais do mercado), não existe mais, está morto; o enfrentamento da crise ecológica com um mínimo de esperança, que vai requerer um enorme esforço de todos nós, pois a crise climática e o desafio ecológico são os temas do nosso tempo, porém, a superação desse capitalismo cansado é a condição de possibilidade do nosso futuro. Ao longo de suas reflexões, o autor nos apresenta uma densa retrospectiva política e filosófica sobre as diversas crises econômicas, aliando aspectos sobre pensar-construir outras formas de arquitetura política, além das preocupações do “construir, habitar, pensar”.¹⁰ Arenas (2021) apresenta um panorama filosófico e econômico que nos remete às questões urgentes atuais:

10 Martin Heidegger, Conferência *Construir, habitar e pensar*. Colóquio de Darmstadt de 05 de agosto de 1951.

Contudo, como não se cansam de repetir o movimento ecologista e muitas organizações internacionais comprometidas com o colocar freio na mudança climática ‘se a transição ecológica não for socialmente justa, não será’. O que nos obrigará a fazer algumas perguntas inadiáveis: Qual é o raio do espaço político e antropológico que vamos considerar nesse dilema que nos obrigará a optar entre matar ou compartilhar? O raio local (na forma de uma espécie de neorruralismo paroquial)? Ou regional (como parecem apontar as tensões centrífugas que se vivem em muitos territórios da Europa, incluindo o caso da Catalunha)? O raio europeu (algo que não parece provável, tendo em vista como a Europa resolveu a crise de 2008 e como está enfrentando a de 2020)? Ou talvez o raio global (Arenas, 2021, p. 11, tradução nossa).

Arenas nos desafia a pensar na possibilidade da constituição de um *demos* cosmopolita e retoma às perspectivas kantianas¹¹ (Kant, 2009) sobre a possibilidade da elaboração de um direito cosmopolita, de uma cidadania cosmopolita.

Dito de outra forma, é o nós que devemos nos reunir face a imensidão do desafio que teremos pela frente? É o nós do Estado, da União Europeia ou um nós cosmopolita que finalmente leva a sério o direito de todos os seres humanos, não só os presentes, mas os que estão por vir? Hoje como nos tempos de Kant, esse corpo macrocorpo político, esse hipotético *demos* cosmopolita, segue sendo ‘algo que nos tempos passados não ofereceram exemplo algum’ (Arenas, 2021, p. 11, tradução nossa).

Ao ressaltar as dificuldades dessa construção, nos apresenta um cenário em que se faz necessário repensar a nossa convivência, pois, agora, mais do que nunca, precisamos compreender que teremos que tolerar uns aos outros. E continua a sua análise:

11 Kant, em seu cosmopolitismo, nos descreve uma espécie de cosmopolitismo planetário como forma de engajamento de todos em busca de uma paz mundial.

O sujeito desse *demos* cosmopolita cuja frágil figura queremos ver em meio do desastre não é outro senão uma imensa maioria da espécie humana que ‘tomada coletivamente’, disse Kant, não é mais que ‘um conjunto de pessoas que existem uma depois das outras, uma ao lado das outras’ (Arenas, 2021, p. 12, tradução nossa).

O pensador espanhol reconhece a enorme dificuldade histórica da constituição dessa cidadania cosmopolita, pois, mesmo em tempos pandêmicos, tivemos vários exemplos de insensatez dos governantes mais ricos, se apropriando de quantidades exageradas de vacinas, enquanto populações mais pobres ficavam desprovidas. Mesmo assim, ainda mantém a esperança como uma condição de possibilidade no enfrentamento da grave situação climática mundial:

Mas, se como suspeitamos, esse horizonte cosmopolita for o único que teremos o direito de promover diante da pergunta: o que fazer? A possibilidade de enfrentar a crise ecológica com um mínimo de esperança nos deixa diante de uma última evidencia: esse horizonte requerá enormes exercícios de autocontenção por parte de todos nós, homens e mulheres que habitam o primeiro mundo, um esforço que alguns estimaram numa redução de 90% do consumo, no caso dos países mais industrializados (Trainer, 2017). Ou dito de outra forma: quem terá que realizar um exercício de solidariedade global, que desde o ponto de vista moral, beirará o supererrogatório, será precisamente aquela parte do mundo que tem à sua disposição o poder econômico, militar e tecnológico que lhe permitiria optar, com alguma esperança, pela ação assassina do dilema. Estaremos dispostos a aceitar o desafio moral que isso implicaria? (Arenas, 2021, p. 12, tradução nossa).

Arenas (2020) nos relata que responder afirmativamente a essa questão seria um grito de esperança nas possibilidades de redenção da espécie humana e

que adoraria se juntar a ele, até porque compartilha da convicção kantiana, para a qual se imagina que alguém pode ser simultaneamente membro de uma nação e cidadão do mundo. Segundo ele, isso constitui a ideia mais elevada que o ser humano pode ter do seu próprio destino. Entretanto, reconhece que não são poucos os obstáculos para essa concretização, pois, tais esforços se contrapõem frontalmente aos interesses daqueles que possuem as melhores condições dessa realização.

No final de seu livro, Arenas (2021) nos convida a uma reflexão, concluindo que vivemos em outros tempos, um tempo de telas digitais e de outras relações. Há todo um retrospecto a partir da literatura, passando pela cultura, pelas artes (cinema), até chegarmos nas novas relações sociais. Quais são as questões que nos coloca desse novo tempo, nessa nova era do mundo digital, do consumismo digital? Será que nossa sociedade pós literária, pós-humanista, anestesiada, camuflada pelo mundo digital perdeu de vez a sensibilidade e o pensamento crítico? Para nos auxiliar nessa compreensão, o autor traz as contribuições de Michel Serres (2011):

Sem que nos déssemos conta, um novo ser humano nasceu durante o breve intervalo que nos separou da Segunda Guerra Mundial. Não tem o mesmo corpo, a mesma esperança de vida, não habita o mesmo espaço, nem se comunica da mesma maneira, nem percebe o mesmo mundo exterior, nem vive na natureza, nasceu com a epidural e num nascimento programado, não tem a mesma morte, graças aos cuidados paliativos. Não tem a mesma cabeça que seus pais e conhece de outra maneira (Serres *apud* Arenas, 2021, p. 101, tradução nossa).

Para Michel Serres (2011), convivemos numa outra era, uma vez que um outro humano foi produzido, mas será que somos tão diferentes assim? E Arenas (2021) concluiu com algumas reflexões finais sobre essas tensões ecopolíticas: Quais deslocamentos provocaram em nossas faculdades? Quais novas capacidades foram geradas? Que Paideia, quais novas formas de beleza? Quais

criações? Quais diferentes instituições de sociabilidade instauraram? Afinal, essas mudanças nos empoderam ou nos debilitam? O filósofo espanhol nos deixou algumas pistas:

O desafio que isso implica é enorme e nos obrigará a redefinir nossas instituições e códigos morais; nossas práticas educativas e nossas formas de participação política; nossos cânones estéticos e nossos ideais cognitivos; nossas maneiras de participar na comunidade e nossos modos de configurarmos como indivíduos. Em uma palavra: nada voltará a ser igual (Arenas, 2021, p. 101, tradução nossa).

Por um Contrato Natural e uma filosofia mestiça

O filósofo Michel Serres¹² desenvolveu suas reflexões de forma muito abrangente, transitou por várias áreas do conhecimento, além de ter construído sua obra e vida de modo bastante peculiar. Por muito tempo passou um tanto desapercibido, mesmo tendo em suas análises temas de extrema atualidade (física, comunicação, tecnologia digital, ecologia, educação etc.). Em 1990, assumiu lugar na Academia Francesa de Filosofia, permanecendo até 2019, o ano de sua morte. Entretanto, a questão da crise climática ocupou um espaço privilegiado em suas análises. Em suas palavras:

Nós podemos atrasar os processos já lançados, legislar para se consumirem menos combustíveis fósseis, replantar em massa as florestas devastadas - tudo excelentes iniciativas -, mas que no fundo, remetem para a imagem do navio que avança a vinte e cinco nós na direção de uma rocha na qual sem dúvida embaterá, enquanto na ponte de comando, o oficial de dia recomenda ao maquinista que reduza a velocidade em um décimo, sem mudar de direção (Serres, 1994, p. 54).

12 Suas obras mais conhecidas, no Brasil, são: *Contrato Natural* (1994); *A Polergazinha* (2013) e *a Filosofia Mestiça* (1993b, edição brasileira), foi publicada na França e em Portugal com o título de *Terceiro Instruído*, em 1993a.

Michel Serres participou, como representante convidado do governo francês, de diversas reuniões sobre as questões ecológicas mundo afora. Por fim, percebeu que sua tarefa era um tanto insuficiente, já que questões muito particulares sempre ganhavam mais destaque do que as urgentes e necessárias decisões sobre o meio ambiente. Abandona o posto, mas não seu interesse pelo tema. Em sua obra *O Contrato Natural*, o autor retrata a sua preocupação e observa que não atentamos para a natureza, com as graves condições climáticas que desde a Revolução industrial já se pronunciavam e mereciam a nossa atenção, pois o aquecimento global já estava em curso. O pensador francês indicava na economia (a indústria - no conjunto de técnicas) e na demografia as razões imediatas com as quais devemos pensar e convidar a filosofia para refletir sobre essa temática, afirmando que a intervenção humana realmente modifica o mundo, mas, para ele, modifica para o pior, bem pior: “a história global entra na natureza e a natureza global entra na história: eis o que há de inédito na filosofia” (Serres, 1994, p. 16).

O filósofo observou como a capacidade humana de construir e explorar a natureza, por meio das ciências e das tecnologias, levou a nossa civilização a modificar o destino global da espécie humana e a evolução de todas as outras espécies vivas do planeta. Serres (1994) afirma que a crise ambiental contemporânea, também deve ser compreendida como uma crise cultural, estando associada ao modo como todos nós pensamos e interferimos na natureza. De fato, Serres (1994) acredita que devemos apostar na salvação do planeta e cita as convenções de Toronto, Paris e Haia: “colocando assim o problema climático, na sua indeterminação e generalidade, podemos descobrir as causas próximas [...] e enfim encontrar as soluções possíveis” (Serres, 1994, p. 19).

O pensador francês usou a palavra guerra para situar as relações que estamos enfrentando e logo no início do seu livro (*Contrato Natural*, 1994) relembra um famoso quadro de Goya, em que dois guerreiros lutam, mas não podem esquecer que o pântano onde se encontram pode vencer a batalha. Ao que

parece, a terra tornou-se o inimigo comum, ou “vingativa” aos maus tratos recebidos. Outrora potente e vitoriosa, a terra agora é vítima. “Morre-se de fome nos desertos como por asfixia na lama viscosa ou por afogamento nas enchentes dos rios. Vencido, o mundo vence-nos, finalmente.” (Serres, 1994, p. 27). Lembra o contrato social de Thomas Hobbes (1997), propondo uma nova interpretação:

O contrato social que nos fez nascer, nasce talvez com a guerra, a qual pressupõe um acordo prévio que se confunde com o contrato social [...] Violência antes; guerra depois; contrato de direito de passagem [...]. Por isso, Hobbes engana-se acerca de toda uma época quando designa como “guerra de todos contra todos” o estado que precede o contrato, porque a beligerância supõe esse pacto, cujo aparecimento dez filosofias procuram explicar (Serres, 1994, p. 29-30).

Michel Serres afirma que deveríamos, logo após o contrato social, pensar num contrato natural, pois teríamos firmado um acordo que beneficiaria a todos. “Eis o estado, o balanço equilibrado, das nossas relações com o mundo, no começo de um tempo em que o antigo contrato social deveria desdobrar-se num contrato natural: em situação de violência objetiva, não resta outra saída que não seja assiná-lo” (Serres, 1994, p. 40). De fato, o filósofo francês defendeu um direito natural, ou melhor um direito em defesa da natureza, em que a natureza passa a ser pensada como um sujeito de direito. Desse modo, haverá um equilíbrio na relação do homem com a natureza. Segundo o autor, “[...] se existe um direito e, portanto, uma história para as guerras subjetivas, não existe nenhum para a violência objectiva, sem limite, sem regras, por conseguinte, sem história” (Serres, 1994, p. 31). E complementa: “o crescimento dos nossos meios racionais conduz-nos, a uma velocidade difícil de calcular, na direção da destruição do mundo que, por um efeito de retorno muito recente, pode condenar-nos a todos, e não por localidades, à extinção automática” (Serres, 1994, p. 31). Serres (1994), ao nos alertar para o fato de que o progres-

so tecnológico deve ser bem aproveitado, levando-se sempre em consideração os valores éticos, o futuro e os limites da humanidade, também nos adverte para a necessidade de os indivíduos reverem as bases do contrato social (de Hobbes, Locke e Rousseau), defendendo que só com um contrato natural poderia ser articulada a ciência, o direito e as racionalidades.

A história das ciências confunde-se, muitas vezes, com a das pronúncias de tribunais ou instâncias científicas [...]. O saber reconhecido como científico resulta dessa epistemodiceia e por essa nova palavra eu entendi o conjunto de relações entre ciência e o direito, a razão e o juízo (Serres, 1994, p. 41).

Como herdeiro do pensamento científico crítico de Gaston Bachelard (1884-1962), o filósofo reivindica um outro comprometimento, uma outra relação de saber-poder entre a ciência e a sociedade. “A ciência desempenha a função de direito natural. Deste modo a situação primitiva de combate encontra-se no conhecimento de domínio e possessão” (Serres, 1994, p. 43). Dessa forma, essa espécie de contrato social, esse pacto de conhecimento controla mutuamente as expressões do saber. Serres considera preocupante essa relação de dependência “A ciência engloba o facto e direito e, por isso, é hoje decisiva sua importância. Estando em situação de controlar ou violentar o cenário mundial, os grupos de cientistas preparam-se para conduzir o mundo mundano” (Serres, 1994, p. 44). Na ignorância temporária sobre as tomadas de decisões, o filósofo francês questiona: Que fazer? Quando fazer? Como e o que decidir? Quem decidirá? Numa resposta provisória diz que serão os cientistas e/ou políticos, fechados nos seus laboratórios e nos alerta que: “Aqueles que hoje partilham o poder esqueceram uma natureza de que se poderá dizer que ela se vingará” (Serres, 1994, p. 52). As análises críticas do filósofo nos fazem repensar que nesse cenário de saberes-poderes, nessa governamentalidade perdemos todos:

Perdemos o mundo: transformamos as coisas em fetiches ou mercadorias, em apostas dos nossos jogos de es-

estratégia; e as nossas filosofias, acosmistas, sem cosmos, desde há ia-se meio século, falam apenas de linguagem, de política, de escrita ou de lógica (Serres, 1994, p. 52).

Michel Serres (1994, 2013) aposta numa outra relação entre ciência e sociedade e, principalmente, humanidade e natureza. Inclusive, não utiliza a expressão meio ambiente, pois essa, segundo ele, coloca a natureza numa relação de dependência com o humano. Reconhece as relações de poder que estão em jogo e aposta num novo ordenamento-contrato entre conhecimento, tecnologia, comunicação e, de modo muito intenso, uma outra forma de educação. Para o pensador francês, houve três revoluções significativas no mundo: a escrita, a imprensa e o mundo digital. Ainda, segundo o autor, nossos estudantes são outros, vivem numa outra era e nós não podemos ignorar essas mudanças significativas, pois, corremos o risco de não sermos reconhecidos como mensageiros do conhecimento. Talvez, o filósofo tenha sido o melhor pensador na tentativa de articular esses novos tempos com a esfera educacional. Para o autor, vivemos numa outra era (a digital) e somos diferenciados por isso. Pensar uma educação para esse novo tempo, além de necessário, torna-se urgente, pois, se as formas de pensar e agir mudaram, as nossas relações com o conhecimento devem ser igualmente outras. A educação é para Serres (1994; 2013) uma forma de ensinar a alguém a obter a sua autonomia e deixar de viver como um parasita do outro, desse modo, conquistaria a consciência da necessidade de assinar um novo contrato com o outro e nesse contrato o indivíduo deixaria de ter uma relação parasitária com o mundo e atingiria a simbiose com ele mesmo e com o mundo.

Todo ser que não está nessa relação simbiótica, para Serres (1994), estabelece uma relação abusiva. Sua perspectiva educacional está direcionada para os jovens, uma vez que considera as futuras gerações as únicas que podem efetivamente modificar/transformar o mundo, entretanto, considera também necessário (mesmo com pouca efetividade a curto prazo) educar o cientista, o técnico, o político e todos os demais para esta simbiose. Para o autor, seria a

nova e extensa educação, denominada de terceira instrução que está proposta na obra *O terceiro incluído/ instruído* (Serres, 1993a). O terceiro instruído ou o *Homo Universalis*, direcionando seus atos para o mundo e para a humanidade, equilibra os seus conhecimentos e suas ações, numa filosofia mestiça, assinando, finalmente, um novo contrato com a natureza.

Afinal, ainda poderemos ter esperança? Há perspectivas para nós, nessa ecobiopolítica de agora?

Para que não sejamos apenas sobreviventes precários de um cenário climático em crise e dependentes de uma ecológica cada vez mais preocupante, talvez tenhamos que projetar algumas tomadas de decisão. Segundo Arenas (2021), a situação ecológica possui três componentes importantes a serem analisados: a crise ecológica/climática; a escassez de tudo (petróleo, gás natural, minerais etc.); e a desigualdade (social, econômica e política) sem precedentes. Apenas para citar uns poucos dados, já bem conhecidos: 1% dos mais ricos detém quase 50%, não só das riquezas, mas também da utilização desses mesmos recursos, enquanto os 55% mais pobres detém apenas 1%. O grito de guerra, segundo o filósofo deve ser: menos é suficiente/necessário (menos riquezas materiais, menos consumo de recursos naturais esgotáveis, menos emissões de gases etc.). Em contrapartida, teríamos menos estresse, menos antidepressivos e mais tempo livre, mais qualidade de vida e saúde. Arenas (2021) defende um programa decrescente de produção e consumo, do uso dos recursos (contingenciamento desse consumo) e da superação desse capitalismo esgotado, como forma de enfrentamento da situação climática atual.

Tais advertências já se fazem presentes há bastante tempo, entretanto, estamos chegando ao ponto limite e tal “sacrifício” exige uma tomada de posição política. Contudo, ficam algumas questões para o autor: Quem irá decidir o quanto decrescer, quem e por quanto tempo? E poderemos complementar com uma outra pergunta: Quem será responsável por essa governamentalidade (planetá-

ria) ecológica? Há um pessimismo sobre a possibilidade de uma tomada de posição nesses aspectos, principalmente, no que tange aos países mais ricos/mais poluidores. Com o advento da pandemia, esse pessimismo ficou mais evidente e a ideia do surgimento de um *demos* cosmopolita, mais distante. Michel Serres (1994) afirmou que tal decisão será tomada entre políticos e cientistas, mas será mesmo verdade? Entretanto, o filósofo nos ofereceu um alento quando intuiu que seria nas próximas gerações que deveríamos investir para modificarmos esse panorama climático preocupante, isso por meio da educação. Porém, estamos em meio a situações limítrofes e com um tempo igualmente escasso. Como poderíamos estruturar um projeto/programa educacional com vistas às futuras gerações? Teríamos esse tempo? A educação poderia participar de alguma forma no aparecimento desse *demos* cosmopolita? As contracondutas, anunciadas por Passetti (2021), em meio ao governo de nossas condutas, cada vez mais incisivo, deveriam servir como uma espécie de precaução às resiliências ou cooptações crescentes? São muitas questões e pouquíssimas respostas, mas algumas esperanças já aparecem no horizonte.

No caso brasileiro, viramos uma página importante da nossa história, quando a população rejeitou, através do voto democrático, a permanência de um presidente que promoveu a maior devastação ambiental da história do país. O presidente eleito em 2022, Luiz Inácio Lula da Silva, já anunciou medidas importantes para a reversão dos danos ambientais no Brasil, na COP27, inclusive, demonstrando interesse em sediar a próxima COP30. Podemos renovar as esperanças para o retorno do Brasil ao centro das decisões e ao protagonismo mundial nas decisões climáticas? O Brasil é uma parte importante nesse cenário ambiental e esperamos que exerça uma liderança responsável no contexto global. Se podemos esperar algo novo no cenário político brasileiro e ambiental mundial, por que não iniciarmos uma retomada no contexto educacional? Aliás, como já mencionamos anteriormente, o sistema educacional brasileiro foi igualmente devastado, por meio de medidas desastrosas e por uma gestão de incompetência inigualável. A reconstrução deve passar, necessariamente, pelo sistema educacional. Dessa forma, pode-

mos sim, propor, nessa expectativa de renovação e retomada, um programa educacional que incorpore uma outra leitura crítica para a grave situação climática mundial, tendo o Brasil e o mundo como fonte de informações e propostas para uma nova forma de perceber e intervir na ecologia local e global.

Os desafios são enormes, mas, esse estudo tenta prospectar as possíveis bases teóricas para esse projeto. Partindo das provocações de Michel Serres (1994-2003) sobre uma educação para essa nova era e uma outra relação com a tecnologia (digital), com a ciência e assumindo um outro tipo de contrato com a natureza, podemos tentar ou pelo menos iniciar essa trajetória. Para tanto, as análises ecológicas de Luis Arenas (2021) e os seus balizamentos sobre um sistema capitalista cansado (que só não se cansa de explorar o trabalho humano e de degradar o planeta) são igualmente relevantes. Tais reflexões foram extraídas das tensões e das relações conflituosas de poder que nos desafiam a pensar numa outra forma de produzir-consumir, construir, habitar e pensar esse mundo.

Reduzir a produção e consumir de forma mais consciente com as necessidades de preservação ambiental, habitar de modo a conviver com as adversidades de modo mais responsável e construir, ou quem sabe, lançar as bases de um *demo* cosmopolita. Podemos nos inspirar nas resistências propostas por Passetti (2019) e prospectar um projeto educacional que leve em conta as novas formas de libertárias de pensar e agir, sem, contudo, nos esquecer dos incessantes controles, mas, ao mesmo tempo, usar essas tecnologias/dispositivos para compreender e nos alertar desses mecanismos, convertendo a tecnologia digital em aliada nas questões ecológicas. Seria uma espécie de *contraconduta* digital em que as mídias e redes sociais fossem usadas para o escancaramento dessas formas de governo de uns por todos os outros, nessa governamentalidade planetária. De certa forma, isso já está ocorrendo em algumas situações, entretanto, encaminhar tais propostas numa forma educativa requer um trabalho coletivo, mas que, de certo modo, também já foi iniciado, uma vez que esse

tema está sendo pesquisado no programa de pós-graduação em educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro e contamos com as pesquisas de mestrandos e doutorandos. Em breve, teremos os resultados das investigações e das pesquisas de campo que, provocados por esses referenciais teóricos, vão reverberar em práticas educativas mais libertárias e comprometidas com uma outra forma de compreender nossa participação, não como parasitas, mas numa simbiose entre o que devemos produzir-consumir e o que podemos preservar e, quem sabe algum dia, possamos vislumbrar o surgimento de um *demos* cosmopolita, para que, dessa forma, possamos não tentar descobrir o que somos, mas, ao contrário, recusar o que foi feito de nós e procurar construir novas formas mais libertárias de ser o que quisermos (Foucault, 1991).

Referências

ARENAS, Luis. *Capitalismo cansado*. Tensiones (eco)políticas del desorden global. Madrid: Trotta, 2021. p. 3-15; p. 91-101.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. Sujeito e Poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, F. (Orgs.) *Michel Foucault uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. p. 231-249.

HEIDEGGER, Martin. *Conferência Construir, habitar e pensar*. Colóquio de Darmstadt de 05 de agosto de 1951.

HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Martin Claret, 1997.

KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 2009. p. 129-185.

MAPBIOMAS Brasil 2023. Disponível em: www.alerta.mapbiomas.org. Acesso em: 20 jan. 2023.

PASSETTI, Edson (Org.) *et al. Ecológica*. São Paulo: Editora Hedra, 2019. p. 1-6; p. 8-13; p. 545-603.

SERRES, Michel. *O terceiro instruído*. Lisboa: Editora Instituto Piaget, 1993a.

SERRES, Michel. *Filosofia mestiça*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993b.

SERRES, Michel. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1994. p. 11-46; p. 47-81.

SERRES, Michel. *Polegarzinha*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Recebido em: 21 de julho de 2024

Aprovado em: 08 de abril de 2025